

Caros Leitores,

É com muita satisfação que apresento este segundo número de 2025 da Revista CAFI, com a publicação de seis artigos brasileiros.

No primeiro artigo intitulado *“Taxa Selic e a análise de desenvolvimento econômico brasileiro”*, os autores Michelle Sheila Mayumi Gunji e Fernando de Almeida Santos apresentam um estudo cujo objetivo foi analisar o papel da taxa Selic como principal instrumento de política monetária brasileira, investigando seus impactos em variáveis macroeconômicas como Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa de Câmbio, Produto Interno Bruto (PIB) e Taxa de Desocupação. Os resultados apontaram que, em conjunto, as variáveis explicam 71,31% da variabilidade da taxa de juros. Contudo, individualmente, apenas o IPCA se mostrou estatisticamente significativo, explicando 48,31% da variação da Selic.

Alaerte Gomes de Assis Neto, Paulo César Ferreira e Pedro Paulo Claudino Savioli contribuem nesta edição com o artigo: *“Análise de ações por meio de indicadores financeiros”*, no qual discorrem que os investidores estão continuamente em busca de novas abordagens para avaliar investimentos em ações e identificar ferramentas que aprimorem o processo de tomada de decisão. Com isso, este artigo procurou responder ao seguinte problema de pesquisa: Como selecionar ações que tenham retornos acima do *benchmark*? Destacam ainda que a contribuição do trabalho consiste na criação de filtros de qualidade para selecionar as melhores ações do mercado e otimizar o tempo de análise.

O terceiro artigo: *“Desempenho financeiro das empresas listadas na bolsa de valores do Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e sua relação com ESG e ODS: uma análise dos últimos anos”*, de Levi Santos da Costa, Suellen Caroline Bertulino Cavalcanti e Kliver Lamarthine Alves Confessor teve como objetivo analisar o impacto das práticas de Environmental, Social and Governance (ESG) e da divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sobre o desempenho financeiro de companhias abertas brasileiras listadas na B3, no período de 2019 a 2023. Constatou-se, ainda, por meio de testes não paramétricos, que as diferenças de desempenho financeiro entre os grupos são estatisticamente significativas, sugerindo que a integração de ODS e ESG constitui fator relevante para a criação de valor no mercado de capitais brasileiro.

*“Entre a técnica e a pressão: um estudo sobre o desafio contábil das obrigações acessórias”*, dos autores Leonardo José Seixas Pinto e Alcides de Franco Magalhães Junior, apresenta uma pesquisa sobre a percepção dos profissionais de contabilidade acerca dos desafios relacionados ao cumprimento das obrigações acessórias. Para tanto, aplicou-se um questionário

estruturado com base na Escala Likert, cujos resultados revelaram uma média geral de 3,39 e desvio-padrão médio de 1,07, indicando tendência de concordância moderada entre os respondentes. As multas e penalidades foram avaliadas como elevadas e impactantes para os escritórios de contabilidade, enquanto os clientes foram percebidos como pouco conscientes da complexidade do trabalho envolvido.

O quinto artigo, sob o título *“Avaliação do impacto da resolução CMN n.º 4.966 na provisão para perda de crédito e a sua influência no lucro líquido: um estudo comparativo entre os principais bancos brasileiros e internacionais”*, de Arthur Morais Bernardino e Cláudio Oliveira Rios buscou verificar o impacto da Resolução CMN n.º 4.966 na provisão para perda de crédito e sua influência no lucro líquido dos principais bancos brasileiros. O estudo objetiva analisar os efeitos da adoção da norma que alinha a contabilidade nacional ao padrão internacional IFRS 9, destacando as mudanças na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e os impactos no resultado financeiro das instituições.

Por fim, o sexto artigo de Polyana Karina Mendes Ximenes, intitulado *“A escrituração contábil digital como ferramenta de fiscalização tributária: uma análise normativa e aplicada do SPED Contábil”*, analisou o papel da Escrituração Contábil Digital (ECD), no âmbito do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), como instrumento de efetividade na fiscalização tributária brasileira. A análise crítica apontou ainda desafios de implementação, especialmente entre empresas de menor porte, e sugere medidas de apoio institucional e educacional.

Desejo uma proveitosa leitura!

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Roberta Cristina da Silva

Editora: [robertasilvact@gmail.com](mailto:robertasilvact@gmail.com)